

## COMEMORAR, CELEBRAR, REFLETIR: O TRÁGICO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

**José Jobson de Andrade Arruda**

Nas comemorações, como xamãs da história, invocamos o passado. Qual passado? Não qualquer um! Mas um passado preciso, circunstanciado, necessariamente parcelar, recortado a partir das representações do presente, modelagem ideológica que o reduz às suas mínimas expressões apropriáveis, escoimadas as dimensões que poderiam comprometer a estabilidade do presente que, por esta via, estabelece as bases da aliança indissolúvel entre passado, presente e futuro.

Numa travessia célere através dos tempos, os Descobrimientos retornam do passado para serem imediatamente dissolvidos no presente, assimilados em sua palatabilidade e, de novo, relançados à sua origem, de onde ressurgirão na oportunidade da próxima comemoração. Faces iluminadas; perfis nublados. Mutilações inevitáveis operadas pela ação seletiva do presente, que remete para o oblívio tesouros ocultos do Novo Mundo, que por muitos séculos preservou-se “encoberto”<sup>1</sup>.

Comemorações ritualizadas, celebrações religiosas e festas cívicas, não eram incomuns no mundo antigo. Com o advento do cristianismo, as

---

<sup>1</sup> A idéia de que somos os “encobertos” emerge nos escritos de João de Barros, quando se refere a “este novo mundo tantas centenas de anos encoberto”, reiterada pelas argutas ponderações do Padre Antonio Vieira sobre “o descobrimento do mesmo mundo que tantos mil anos tinha estado incógnito e ignorado”, recuperadas por GODINHO, Vitorino Magalhães, “Portugal e os Descobrimientos”, *Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, 1988, p. 23-23. No imaginário europeu a expressão Novo Mundo se justificava plenamente, pois considerava-se que o continente americano surgira tardiamente das águas do dilúvio universal, reforçando a tese do “encobrimento”, Cf. GERBI, Antonello, *O Novo Mundo. História de uma Polêmica*. Trad. port., Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

celebrações da morte e ressurreição de Cristo tornaram-se práticas cotidianas nos círculos cristãos. No final da Idade Média, a intensificação da fé e a crise da consciência religiosa propicia a generalização do culto dos santos, intermediários mais acessíveis entre os fiéis e Deus. Mas foi exatamente com a ruptura protestante, com a abolição da hagiografia católica, que se iniciaram as comemorações de eventos marcantes. O primeiro deles foi, exatamente, a comemoração de 1617, centenário das 95 teses de Martinho Lutero afixadas na porta da capela de Wittenberg. A prática resistente dos protestantes não demorou a ser copiada pelos próprios católicos. Em 1640, os jesuítas comemoraram festivamente o primeiro século de existência da Companhia.

Contudo, foi no final do século XVIII que emergiu a forma moderna de comemoração, e a criação de um novo calendário civil pela Revolução Francesa é seu marco emblemático. Significa o nascimento das comemorações laicizadas, essencialmente diferenciadas em relação às comemorações católicas, mas fundamentadas em seus rituais. As festas cívicas inauguradas pela Revolução Francesa, muito particularmente o culto da humanidade, traduzido na idéia de “grande homem”, foram incorporadas por Auguste Comte, reelaboradas e sistematizadas, de modo a criar um arquétipo comemoracionista capaz de fundar um renovado calendário de festas cívicas, uma nova hagiografia, em suma, uma renovada construção da memória nacional. Exatamente neste espaço, abria-se um vasto campo de ação para a história entendida em sua dimensão utilitária, que “teve uma das suas mais marcantes expressões no recurso a formas ritualistas de evocar o passado, tendo em vista criar representações simbólicas que pudessem

funcionar como lições vivas de memorização"<sup>2</sup>. A partir da Revolução Francesa, assume-se que as representações racionais somente seriam mobilizadoras na medida em que conferissem significado simbólico e coletivo ao sentido do tempo e, concomitantemente, catalizasse as consciências atomizadas “à volta de memória(s) consensualizadora(s). Daí a importância de ritualizar a invocação (e a evocação) do passado e de selecionar de acordo com os interesses do presente<sup>3</sup>.

Nestes termos o passado revivifica-se; os mortos renascem, pois suas obras são colocadas a serviço dos vivos, aos quais se presta uma homenagem reconhecida, mas dos quais não se deixa de extrair mais-valia simbólica, pois suas ações exemplares caucionam a ação dos vivos, inscrevendo-se numa linhagem universal<sup>4</sup>. Os heróis leigos substituem os religiosos, cuja vida, mais do que a morte, é cultuada. Por isso, as datas registradas para memorização, em sua função pedagógica, podem coincidir com o nascimento ou com a morte. Elogiar os mortos significa solidificar os laços de sociabilidade entre os vivos e pressupõe, necessariamente, uma dimensão religiosa da civilidade, o que leva ao adensamento da comunhão de sentimentos e ideais, passo decisivo na constituição da comunidade imaginária, pelo reforço da noção de pertencimento<sup>5</sup>. O Estado Nacional, o nacionalismo, a identidade, são os beneficiários diretos das comemorações cívicas que, nas palavras lapidares de Fernando Catroga, “foram criadas para serem vividas como manifestações simbólicas em que se reafirmava

---

<sup>2</sup> CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História, In: TORRAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Editora Círculo de Leitores, Lisboa 1996, p. 547.

<sup>3</sup> Idem, p. 550. Para RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “O Centenário Henriquino. Imagens e Ideologia”, In: *Revista de História das Idéias*, vol. 15, Coimbra, 1993, p. 331, “Celebrações, comemorações e centenários não são inúteis nem inexpressivos, quer para a instrução do cidadão, quer para a ‘ilustração’ do historiador. São formas de instrução cívica que assumem um significado real na nossa sociedade”.

<sup>4</sup> GOULEMOT, Jean Marie e WALTER, Eric, “Les Centenaires de Voltaire et Rousseau”, In: NORA, Pierre *et alii*, *Les Lieux de Mémoire*, I. La République, Ed. Gallimard, Paris, 1984, p. 407.

a continuidade histórica dos povos e da humanidade, pretensão filha da mesma concepção do tempo que encontramos subjacente às historiografias da época. A sua importância social exigia-as como meio de combate contra a amnésia coletiva, ou melhor, como forma de luta pela produção (e reprodução) de uma nova memória, assim elevada a uma espécie de garantia da necessária articulação entre o passado, o presente e o futuro”<sup>6</sup>.

Retórica vazia, exibicionismo balofo, pseudo realizações, são os males atávicos das comemorações. O que tem a ver a vida dos homens em sua vivência cotidiana “com as flores de retórica que, quando se convencionou comemorar algum feito, profusamente se derramam sobre o seu mito ou a sua miragem romântica?”<sup>7</sup>. A história nada tem a ver com as comemorações, ela é somente esforço de compreensão, por isso, os centenários somente podem ser úteis desde que ensejem “estudar problemas, meditar diretrizes, criticar certezas dogmáticas, caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos”<sup>8</sup>.

A advertência de Vitorino Magalhães Godinho tinha razão de ser. Fundamentava-se no quadro específico das comemorações portuguesas no âmbito do regime salazarista e, apesar de terem sido formuladas em 1947, por ocasião das comemorações sobre a descoberta da Guiné, adequavam-se perfeitamente ao momento crítico vivido pelo regime ditatorial português nos inícios dos anos 60. A perda de vitalidade do Império era patente no pós-guerra quando acelera-se o movimento descolonizador. Portanto, cantar o Império,

---

<sup>5</sup> A noção de comunidade imaginária foi utilizada aqui no sentido de ANDERSON, Benedict, *Nação e Consciência Nacional*, Trad. port., Ed. Ática, São Paulo, 1989.

<sup>6</sup> CATROGA, Fernando, *opus cit.*, p. 550. No mesmo sentido, RIBEIRO, Maria Manuela, *opus cit.*, confirma “As cerimônias comemorativas que se sucedem nas décadas finisseculares revelam-se a busca de um consenso, a procura de outras bases de concórdia, de um movimento de solidariedade e de fraternidade em torno do sentimento nacional. Tudo gira em volta da idéia de Estado-Nação, de Pátria, de patriotismo, p. 374.

<sup>7</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, “Comemorações e História”, Lisboa, 1947, p. 14-15, citado em “Portugal e os Descobrimentos”, art. cit., p. 23.

entusiasmar os cidadãos, combater o espírito decadentista, apontar para um novo porvir, era o único caminho capaz de gestar a revitalização quase impossível. A guerra colonial na África, em Angola, teve início em março de 1961 e, depois de generalizar-se pela Guiné e Moçambique, acabou por inviabilizar o Império português, pondo fim ao regime salazarista, extinto pelo movimento militar de 25 de abril de 1974.

A idéia não era nova. Despontara com força nas comemorações dos anos 80 e 90 do século XIX, contrapondo à idéia de decadência veiculada pela intelectualidade crítica dos anos 70, exortava o acordar para as virtudes cívicas, a elevação patriótica e o espírito de grandeza, mobilizadas na rememoração de figuras exemplares do passado, que pudessem espelhar o sentimento nacionalista, antibritânico e antimonárquico, enquadrados num corolário de ideologia republicana. Nesse contexto, os centenários de Camões (1880), de Pombal (1882), de Santo Antônio (1890) de D. Henrique (1894) e de Vasco da Gama (1898), ensejam o revigoreamento da sensibilidade portuguesa. Vasco da Gama, especialmente, por sua viagem, completada em 1898, por seu falecimento, celebrado em 1924, torna-se o símbolo da raça e da ousadia dos portugueses nos mares do mundo. O centenário da batalha de Aljubarrota, em 1931, envolvendo as figuras históricas de Nuno Álvares Pereira e D. João I, bem como as celebrações duplas de 1940, enlaçando o centenário da fundação do Reino e da Restauração, já foram apropriados e aspergidos pelo ideário do Estado Novo.

É neste processo que se entende as comemorações do sétimo aniversário da morte do Infante D. Henrique, em 1960. Elevado à condição de herói laico da nacionalidade, torna-se a figura emblemática da ação civilizadora

---

<sup>8</sup> Idem, pag. 23.

dos portugueses através da gesta dos Descobrimentos, forma histórica de ação concreta que viabiliza a difusão dos valores da civilização ocidental, a ação humana e cristã do gênio português. Os trabalhos da comissão organizadora dos festejos comemorativos tiveram início em 1954 e, por seu impacto, constituem-se em referência obrigatória para a compreensão da natureza das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, realizadas tanto lá, quanto cá. O elenco das palavras-chave consagradas em cada uma das comemorações denota uma simbologia reveladora: comemorações salazaristas dos anos 60; comemorações da redemocratização dos anos 90; e, comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil na viragem do milênio.

Assumido como figura simbólica da era dos Descobrimentos e da constituição do Império português e, por decorrência, com seu símile o Estado Novo salazarista, reforçou-se substancialmente o mito do Infante, adensando seu perfil hagiográfico, de homem solitário e sábio, empresário exitoso e religioso devoto, cuja ação cruzadista contra os infiéis lembrava a cruzada dos salazarismo contra os novos infiéis vindos do Oriente, os comunistas. À semelhança de Salazar, D. Henrique não tivera mulher, filhos ou lar. Casara-se com a nação, o perfil duplicado do herói casto, lúcido e obreiro. O passado viajara ao presente. D. Henrique fora tomado por Salazar. Sua missão, de caráter universal, expressava o momento crucial da história portuguesa, simbolizando o cumprimento de um ideal, quase uma missão, que acaba por unificar a nação e o Império, conferindo-lhe um sentido histórico.

Em decorrência, um elenco integrado de expressões passou a compor o universo simbólico das comemorações portuguesas, batido por determinações de natureza ideológica, que se enraizaram de forma profunda e foram

incorporadas acriticamente: *civilização ocidental, civilizar, missão, catequese, epopéia, saga, conquista, heroísmo, descobrimento, império, lusocentrismo, lusotropicalismo*. A este glossário se contrapôs, de forma radical, um novo conjunto de expressões e palavras de ordem, um novo ementário, expressão semântica do renovado código de valores engendrados pela *Revolução dos Cravos*, a partir de 1974.

Oficialmente, com a instalação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNPDP), em 22 de novembro de 1986, com antecipação de mais de uma década em relação aos principais eventos escolhidos para simbolizar a comemoração, teve início a ação governamental rumo às comemorações. Conduzida desde sua criação pelo Partido Social Democrata, coube ao poeta e ensaísta Vasco Graça Moura dirigí-la até finais de 1995, quando a vitória nas eleições transferiu o poder no país ao Partido Socialista, e a liderança na Comissão ao historiador António Manuel Hespanha.

O Programa Estratégico da Comissão, então veiculado, representa, definitivamente, a primeira comemoração *post mortem* do Império português. A inflexão em relação aos princípios norteadores das comemorações salazaristas é explícita. Ênfase na dimensão universal, na integração da humanidade, no avanço científico e tecnológico, na aproximação de gentes e culturas, passam a ser o centro de suas preocupações. A consciência crítica do que significa comemorar transparece no reconhecimento de que comemorar é um “exercício de recordação coletiva cujas virtudes pedagógicas residem justamente no fato de nada, do bom e do mau, se dever esquecer”. Vislumbrava-se o esforço de investir numa comemoração correta, a ponto de reconhecer que a própria palavra

“descobrimento” comporta um evidente enviesamento euro-cêntrico”, pois se os portugueses foram descobridores, também foram, por outro lado, descobertos. “O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olharam ou como eles se olhavam a si mesmos”. Entendendo os Descobrimientos como confronto inter-cultural, “as comemorações devem ser, portanto, a ocasião de restaurar esse complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interação de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes”, residindo exatamente aí a distinção entre comemoração e propaganda, a restauração da “integralidade da memória”<sup>9</sup>.

O mundo de cabeça para baixo. Este é o significado destas formulações *vis a vis* às comemorações do salazarismo. Assimilando os reiterados apelos de Vitorino Magalhães Godinho<sup>10</sup>, o Programa Estratégico acentuava pesadamente a dimensão científica das comemorações, até mesmo por oposição ao excessivo celebracionismo da programação anterior. Ao rigor da investigação científica é atribuída a responsabilidade pela distinção entre propaganda e memória, daí o privilegiamento das versões completas de fontes e investigações, evitando-se as ações superficiais, os produtos fáceis, de rápida divulgação e consumo. Não se exclui, evidentemente, a dimensão comunitária e cívica, mas a ênfase deveria ser carregada para “difundir o conhecimento do passado português”<sup>11</sup>. Exorta o rastreio, inventário, recolha, conservação, edição, do património documental histórico e artístico dos portugueses ou relativo aos portugueses.

---

<sup>9</sup> *Programa Estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*, CNCDP, Lisboa, 1996, p. 23.

<sup>10</sup> O primeiro destes apelos surgiu a propósito da comemoração do centenário da Guiné, renovados entre 1960-1962 e de novo retomados em 1988, conforme *opus cit.*

<sup>11</sup> *Programa Estratégico*, p. 2.



A cartografia das ações previstas pela Comissão revela notável argúcia nos termos do que se poderia considerar uma comemoração “moderna”. No Índico, pressente-se dificuldades, pela aguda sensibilidade cultural e política que põe as populações em estado de alerta para qualquer tipo de manifestação que pudesse lembrar, mesmo que vagamente, etnocentrismo ou revivalismo. Por isso, a referência é o Índico, e não a Índia, por conta da configuração política atual muito distante da original. Reconhecer que esta identidade era matizada por diferentes interesses econômicos, por proximidades culturais, religiosas e lingüísticas que gestavam um sentimento de coesão interna e de aversão aos estranhos, um espaço definido pela sedimentação secular de hábitos e inter-relações, em meio à qual “os portugueses irrompem com um fator estranho e dificilmente classificável no imaginário local”, significa necessariamente valorizar os contextos locais da história da expansão portuguesa, uma dimensão negligenciada, freqüentemente amputada das histórias da expansão<sup>12</sup>.

É inegável que o foco das atenções concentra-se no Índico. É o olhar para a Ásia, a eterna miragem da história portuguesa. O comportamento em relação ao Extremo Oriente, especialmente para o território de Macau que passará aos chineses ainda em 1999, não deve ser entendido como marco finalíssimo do “fim de Império”, mas sim, “como uma etapa da evolução de uma comunidade que Portugal ajudou a criar e a evoluir”. Vê-se aqui, emblematicamente, a nova postura pela qual os portugueses tornam-se os paternos criadores de nações modernas. Em relação ao Brasil, pressente-se que as dificuldades comemorativas serão menores do que o seriam no Índico, mas, vislumbra-se que “outras aportações históricas que não a portuguesa”, são

---

<sup>12</sup> Idem, p. 11.

valorizadas além de serem os brasileiros, ciosos de sua especificidade e originalidade culturais<sup>13</sup>.

A ressemantização do léxico comemoracionista está em curso. Saem de moda as palavras consagradas pelas comemorações salazaristas. Adentram o cenário um novo conjunto de expressões: *cultura, pluralidade cultural, confronto inter-cultural, interação de culturas, encontro do outro, imagens, olhares, sensibilidade, descobertas recíprocas, policentrismo histórico*, consagradas pelo novo rito da comemoração. Tal inventário muito se deve, por certo, ao comissário-geral António Manuel Hespanha, para quem a escrita da história deve ser pluralista, auscultar fontes diversas, estar atenta aos valores próprios do passado, desconfiando sempre da linearidade das explicações, dos juízos dogmatizados de valor, enfim, estar ligado para o fato de que culturas extremamente diversas são postas em contato e que o diálogo entre elas é tecido de malentendidos e de desencontros, o que reforça a ação compreensiva dos historiadores. Para ele, a auto-estima de um povo, o orgulho por seu passado, exige o reconhecimento das próprias falhas e a capacidade de resistir às críticas, única forma de elidir o narcisismo enganador, que afasta o conhecimento de si mesmo e de seu passado.

Inevitavelmente teria início a demolição dos mitos erigidos pelo antigo regime. D. Henrique permaneceu em cena, mas sua hagiografia entrou em fase de desconstrução. Gradativamente perdeu o cetro que lhe fora conferido por Fernando Pessoa, em *Mensagem*: o de ser o único imperador que teve, deveras, “O globo mundo em sua mão”. Ao cartaz comemorativo de 1960, quando o Infante, com traços fisionômicos nítidos fitava confiante o porvir, se contrapunha a

---

<sup>13</sup> Idem, p. 10.

capa do catálogo da exposição realizado em Tomar, em 1994, onde o rosto oculta-se numa retícula que o dissolve, numa clara referência ao nublamento da figura histórica, ironicamente rotulado “O Rosto do Infante”. Só que não há rosto. Há uma mancha, através da qual vislumbra-se a silhueta conhecida do Infante. Gradualmente, as novas pesquisas foram corrigindo os excessos engastalhados à figura do imperador do mundo: nível de seus conhecimentos, interesses materiais na expansão, ação solitária na empresa marítima, mérito relativo a outros contemporâneos, a exemplo de D. Pedro, D. Duarte (filhos de D. João I), D. João II e Bartolomeu Dias, com a revalorização da passagem do Cabo da Boa Esperança. A D. João II passa a ser atribuído o mérito de ter sido o verdadeiro fundador do Império Português. A D. Henrique recusa-se a figura de cavaleiro romântico e herói, como foi imortalizado por Gomes Eanes de Azurara. Não passaria de um empresário consciente, cujo mérito real foi o de tornar rotineira a navegação em alto mar, no Atlântico, por conta de seus interesses nos arquipélagos da Madeira e Açores. O Infante cognominado “Navegador” *never crossed more than the Strait of Gibraltar*<sup>14</sup>.

Vasco da Gama, igualmente, não escapou à revisão historiográfica. Personagem de fôlego histórico incomparável, pois foi destaque nas comemorações republicanas de 1898 e 1924, retorna ao centro das comemorações ao inspirar o principal evento da agenda festiva, a última exposição mundial do século, a EXPO 98, ao mesmo tempo que empresta seu nome à ponte que será, certamente, um dos cartões postais do moderníssimo Portugal, que busca ser a plataforma Atlântica da Europa. Bastavam estas duas

---

<sup>14</sup> Cf. VERLINDEN, Charles, “Prince Henry in Modern Perspective as Father of the ‘Descobrimientos’”, In: *Portugal, The Pathfinder. Journeys from the Medieval Toward the Modern World 1300-ca. 1600*, WINIUS, Georg D. (Ed.), Madison, 1995, p. 87.

referências para aquilatarmos da presença indelével de Vasco da Gama no imaginário português, expressão, no fundo, da persistência do mito do Oriente. Sua figura histórica, porém, não resistiu incólume. Festejado como expressão maior do aguerrimento, do espírito de iniciativa, da capacidade empreendedora da raça, da imagem forte e positiva da presença portuguesa nos outros lugares do mundo em celebrações passadas, sofreu fortes restrições no congresso realizado em Nova Deli, em 1998, intitulado significativamente *Do colonialismo à globalização: cinco séculos depois de Vasco da Gama*, centrado na temática das relações desiguais e injustas envolvendo europeus e asiáticos, cujo ponto de partida teria sido a viagem de 1498. Por certo, a catilinária ante Vasco da Gama terá continuidade nos eventos organizados na Índia daqui até o fim das comemorações. Simpósios e congressos programados para Calecut e Cochim darão, certamente, oportunidade a manifestações de fundo ultra nacionalista, sentimento extremamente exacerbado na Índia nos dias que correm, e que se traduzem em mobilizações anti-imperialistas, para as quais as viagens de Vasco da Gama, sobretudo a segunda, de 1502, é um festim de queixas. Instala-se, ali, um verdadeiro tribunal ante-comemoracionismo que ressoa até mesmo em grandes eventos patrocinados por instituições portuguesas, como a Fundação Gulbenkian, realizado em maio de 1998 em Paris. O congresso *Vasco da Gama e a Índia*, a começar pelas duras críticas à política de conversão forçada dos hindus ao catolicismo, um retrato cruel da ação inquisitorial em Goa, literalmente denunciada pela historiadora indiana Pratima Kamat como produto de um tribunal infame, concluiu-se com a frase: “Esse herói é pura ficção”, proferida pelo polêmico historiador indiano, nascido em Nova Deli, Sanjay Subrahmanyam.

O espaço dado a Sanjay pelas lideranças portuguesas responsáveis pelo programa das comemorações, especialmente por seu comissário-geral, António Manuel Hespanha, é bem uma prova de abertura em relação aos que foram sempre os “outros”, a oportunidade para que suas vozes se fizessem ouvir, numa demonstração inequívoca de que as diretrizes inclusas no *Programa Estratégico* não eram mera propaganda sem mais consequência, anúncios vazios destinados a ficar no papel. Tarefa difícil, como se vê, pois não foram poucos os constrangimentos provocados pelas revisões críticas, que se traduziram em ataques acérrimos às lideranças da **Comissão**, pelo que consideravam sua excessiva liberalidade e, até mesmo, falta de patriotismo. Afinal de contas, a herança do ideário salazarista em Portugal e mantêm-se fortemente irraizado nos setores mais conservadores da sociedade, enraizamento este que um quarto de século não foi ainda capaz de erradicar.

Por tudo isto, é altamente significativo que um historiador indiano, com passagens por universidades americanas, que lecionou em Portugal e, atualmente, encontra-se na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, que escreveu um livro extremamente crítico sobre a presença portuguesa na Índia, *O Império Português na Ásia, 1500-1700*, seja interlocutor permanente dos pesquisadores e da *media* portuguesa. O livro por ele escrito, *The Career and Legend of Vasco da Gama*, de 1997<sup>15</sup>, persegue a demolição do mito, ou mitos, pois Vasco da Gama teria sofrido numerosas reapropriações históricas e historiográficas em Portugal. Em seu próprio tempo, funcionou como um catalizador, um símbolo da unidade inexistente no seio da própria elite em relação aos destinos da expansão. Ele representa a ilusão de um acordo que recobre as

fortes dissensões entre os defensores de uma visão messiânica e outra mais pragmática. Particularmente, Vasco da Gama defendia a minimalização da presença portuguesa na Índia, reduzindo-se o número de fortalezas estrategicamente posicionadas, a exemplo de Goa e Cochim, deixando-se as demais praças ao encargo de particulares. Um dos aspectos mais polêmicos da personagem reconstruída pelo historiador indiano, que abre fissuras na figura monolítica do herói, é o destaque para seus interesses privados em relação aos públicos. Apontado como um mercador dos serviços régios que visava exclusivamente benefícios pessoais e familiares, um caso de busca incontida por ascensão social, que o projetaram ao escalão dos senhores mais poderosos do reino português. Um exemplo de privatização precoce da ação coletiva mobilizada pelo Estado Português, que levou-o ao limite de chantagear a coroa em benefício pessoal.

A escassez de informações sobre a trajetória histórica de Vasco da Gama sobrepõe a força interpretativa. Na falta de dados recorre-se à contextualização e, sobretudo, à imaginação. Em decorrência, os retratos são contrastados, dilacerados mesmo. Enquanto Sanjay escovava a contra pelo a biografia de ante-herói, a historiadora francesa Geneviève Bouchon realiza um *tour de force* em seu livro *Vasco da Gama*, de 1998<sup>16</sup>, para transformar os poucos e rudimentares fragmentos históricos disponíveis numa biografia centrada na ideia de recriar a trajetória do navegador, dando margem, necessariamente, a um desmedido esforço interpretativo, resultando numa espécie de biografia romanceada porque ultrapassa em muito as possibilidades contidas no material

---

<sup>15</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Career and Legend of Vasco da Gama*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.

<sup>16</sup> BOUCHON, Geneviève, *Vasco da Gama*, Fayard, Paris, 1998.

empírico disponível. Como o terreno documental é cediço, impõe-se a força da criação literária. Mais contido, plenamente consciente das dificuldades de sua tarefa, o emérito historiador português, Luís Adão da Fonseca, com amplo descortínio e conhecimento dos problemas relacionados com a temática das comemorações, pois presidiu a comissão científica da *Comissão dos Descobrimentos* entre 1991 e 1995, além de ter sido por muitos anos presidente do Instituto Camões, publicou o alentado estudo *Vasco da Gama – O Homem, a Viagem, a Época*, em 1998<sup>17</sup>. Como o próprio título indica, recorre mais ao contexto e menos à interpretação das parcas evidências existentes, acautelando-se contra os excessos criativos, seja na perspectiva mais crítica, seja na sua dimensão romancesca. O profundo conhecimento que tem das ordens militares em Portugal, especialmente da Ordem de Santiago, a qual pertencia Vasco da Gama, leva-o a contrapor-se à interpretação de Sanjay Subrahmanyam, ponderando que era da natureza do tempo, prática comum na época, militares profissionais a serviço da realeza beneficiarem-se com os proveitos da expansão, não se podendo, portanto, atribuir esta faceta de Vasco da Gama a uma falha de caráter<sup>18</sup>.

É extremamente interessante notar que, apesar das revisões em curso, o mito do grande herói Vasco da Gama ainda se propaga, sem restrições, sem jaca, na forma de sua primeira criação. O celebrado historiador norte-americano, David Landes, em seu *best-seller* recente, *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, exalta os feitos de “homens como Vasco da Gama, afeito às lides do mar desde a

---

<sup>17</sup> FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama – O Homem, a Viagem, a Época*, Edição EXPO'98, Lisboa, 1997.

<sup>18</sup> As comemorações ensejaram uma das primeiras iniciativas editoriais a propósito dos descobrimentos, na forma de uma coleção, Cf. BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998.

infância, temperamento inflexível e capaz de decisões duras”<sup>19</sup>, um verdadeiro empresário shcumpeteriano, capaz de iniciativas arrojadas e originais. Nada fica a dever ao elogioso retrato debuchado por Diogo de Couto, em 1599, para quem Vasco da Gama deveria ser apelidado “o Índico”, por ter realizado tarefas só assemelhadas a Jacob, que por seu valor e esforço mereceu ser chamado “Israel”. De fato, por ter comunicado o Tejo e o Ganges, o Minho e o Eufrates, o Douro e o Nilo, o Guadiana e o Tigre, a Índia deveria passar a chamar-se “Gama”<sup>20</sup>. Retratos unívocos como se vê e que fluem da mesma fonte, o eã eurocentrista que informa os dois textos, mesmo que separados por quatro séculos de história.

A escolha de novos temas para a comemoração, muitos deles relegados ao esquecimento e, sobretudo, divididos com competidores históricos, como é o caso do *Tratado de Tordesilhas*, que exige uma rememoração conjunta com a Espanha, sinalizam o redirecionamento da agenda da **Comissão** implícitos nos numerosos congressos realizados na Espanha, em Portugal e no Brasil, passando pelas publicações, dentre as quais destaca-se o *Corpus Documental do Tratado de Tordesilhas*<sup>21</sup>, até o ato simbólico de medição do meridiano de Tordesilhas, realizado por uma equipe científica instalada a bordo de uma frota de navios que partiu de Portugal em 26 de junho de 1994, integrada por barcos portugueses, espanhóis, brasileiros, argentinos e venezuelanos. A abertura para a cooperação internacional, começando pela Espanha, era uma antiga demanda de Vitorino Magalhães Godinho, que pensava ser esta a única forma pela qual as

---

<sup>19</sup> Cf. LANDES, David, *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Trad. port., Editora Campus, Rio de Janeiro, 1998, p. 95.

<sup>20</sup> Cf. COUTO, Diogo do, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus Filhos na Índia* (1599, 1ª ed.), reeditado pela CNCDP, 1998.



comemorações poderiam revitalizar a historiografia dos descobrimentos<sup>22</sup>. Os 450 anos da chegada dos portugueses ao Japão foram comemorados em 1993 com uma série de eventos e publicações, sendo, contudo, as comemorações previstas para o ano 2000 inteiramente dedicadas ao Brasil, elegendo-se as cidades do Porto e Salvador como referências para a celebração. Finalmente, vale a pena ressaltar o enorme esforço de mobilização interdisciplinar, especialmente desenvolvido pelos seminários realizados no centro de *Estudos Gerais da Arrábida*.

O viés universalizante da comemoração do final do milênio pressupõe, como já vimos, o afastamento da visão lusocêntrica e eurocêntrica, descartando, definitivamente, a celebração dos Descobrimentos em termos de sua vocação cruzadista. Em seu lugar emerge a qualificação de Portugal como parceiro e interlocutor privilegiado das nações que foram ex-colônias em relação à União Européia, impregnando com uma utilidade nova a comemoração em curso: “lembrar aos nossos parceiros a posição privilegiada que podemos ocupar no diálogo da Europa com importantes regiões descolonizadas. Faz assim sentido lutar pelo prolongamento da nossa presença cultural (a língua, os monumentos) nas antigas colônias, tarefa cada vez mais difícil porque se terá de concretizar no contexto da concorrência mundial, e no interior de um bloco político-econômico onde existem várias heranças coloniais concorrentes entre si (Espanha, França, Inglaterra)”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> *Corpus Documental do Tratado de Tordesilhas*, FONSECA, Luís Adão da e ASCENSIO, José Manuel, coordenadores científicos, Edição Sociedade V Centenário Tratado de Tordesilhas, Valladolid, 1995.

<sup>22</sup> Votorino Magalhães Godinho sempre entendeu as comemorações como forma de revitalização da historiografia dos descobrimentos, abrindo-se necessariamente à colaboração internacional, especialmente, com os espanhóis, pois, peremptoriamente afirmava, como é de seu temperamento, “Recusamos assim sacralizar sequer a nação, queremos homens conscientes da sua dignidade na cidadania”. *Opus cit.*, p. 35.

<sup>23</sup> CATROGA, Fernando, *opus cit.*, p. 619.

Por essa via Portugal se despe, definitivamente, da roupagem colonialista. Abdica da condição de “metrópole”. Põe no esquecimento a exploração colonial realizada durante muitos séculos em vários continentes. Revaloriza, nas entrelinhas, sem assumir explicitamente, a idéia de fomento, tão cara à historiografia do Estado Novo, pois, o exercimento do novo papel pressupõe enfatizar um certo paternalismo, que teria levado as colônias a se transformarem em nações independentes, aproximando o universalismo dos Descobrimentos com o mundo da Globalização. Nesse contexto, mais uma vez, torna-se indispensável nublar as rupturas traumáticas, muito especialmente as guerras coloniais tão recentes, aplicando nas feridas abertas o lenitivo das promessas inscritas no futuro, muito especialmente, no fortalecimento da comunidade que fala português dispersa por cinco continentes, comunidade pensada como solidária, mas necessariamente diversa, com diferentes sensibilidades perante a história, mas que, através da *Lusofonia*, poderá criar um futuro comum. Mais uma vez, foi necessário reforçar as apostas no presente, exorcizando os fantasmas do passado que continuam a rondar a mãe-pátria.

Isto explica a escolha dos *Oceanos* como símbolo maior das comemorações, pois, a par do visível apelo ecológico, significa remeter a gênese do processo de globalização para a era dos Descobrimentos; o potencial português no diálogo com as regiões descolonizadas em virtude de seu capital histórico-cultural; e, o reforço do diálogo Portugal-Brasil como condição *sine qua non* da aproximação Mercosul-União Européia, função para a qual Portugal está sobejamente vocacionado. A relação do homem com o mar de uma forma intemporal ressalta a grande metáfora da globalização, as águas integram os continentes e os homens, são límpidas e transparentes, portanto, universais. No

fundo, a simbologia da comemoração dos Centenários em Portugal é um hino ao seu lugar no mundo da globalização.

Um Portugal que se quer desenvolvido, democrático e europeu transparece no esforço em transmitir modernidade, de valorizar a dimensão científica dos Descobrimentos, “a precursora aplicação de critérios de racionalização e de gestão planificada”<sup>24</sup>, que se traduziu na preparação meticulosa, na execução racional, na ação estratégica que revaloriza o significado de Sagres. Que o mito do cruzadismo não seja simplesmente substituído pelo mito do cientificismo. Destarte, ao glossário elencado algures, teríamos que aduzir as expressões: *dimensão científica, inovação tecnológica, gestão planificada, execução racional, ação estratégica*.

Notável, portanto, a responsabilidade com a qual o governo português enfrentou o complexo problema das comemorações dos Descobrimentos. Pode-se discordar de muitas coisas, mas não da qualidade das discussões, da condução democrática, da enorme visibilidade e, por certo, dos resultados até aqui alcançados que se traduzem, modestamente, em mais de 300 livros publicados. Por certo, escudados nas experiências anteriores, os portugueses começaram cedo, pois o lançamento oficial da *Comissão* é de 22 de novembro de 1986, portanto, dez anos antes de sua congênere brasileira. De fato, a *Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil* foi criada por decreto Presidencial de 12 de maio de 1993, portanto, sob a presidência de Itamar Franco, que deu a sua condução ao Ministério da Educação e Desportos, então sob a responsabilidade do Ministro Murilo Hingel. Mas foi somente sob o governo Fernando Henrique Cardoso, a 6 de fevereiro de 1996,

---

<sup>24</sup> Idem, p. 617.

que a Comissão foi reformulada e transferida para a seara do Ministério das Relações Exteriores, depois de ter sido recusada por outros Ministérios. A presidência da Comissão Nacional coube ao representante do Ministério das Relações Exteriores, que indica o Secretário-Executivo, no momento um embaixador de carreira.

Somente em 16 de junho de 1997 foi publicado no Diário Oficial o programa de ação denominado *Diretrizes e Regulamento*, que poderia ter-se beneficiado enormemente do *Programa Estratégico da Comissão* portuguesa. Mas isto não aconteceu e o resultado é nefasto, como se verá a seguir, o que poderia ter sido evitado socorrendo-se da presença de historiadores de profissão na *Comissão de Apoio*, ou, o que seria mais próprio, chamando uma discussão mais ampla para ouvir sugestões, especialmente de associações altamente representativas, a exemplo da ANPUH (Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História).

As *Diretrizes* começam por definir o objeto das comemorações: “a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral às costas” brasileiras. Privilegia-se desse modo o descobrimento, apesar das reservas contidas na unidade VI *A questão do “descobrimento”*, onde reconhece-se o possível corolário eurocêntrico que a expressão encerra, mas insiste que a “mera trocas de nomes” não desmontará os mitos construídos, que preservar o termo descobrimento não significa aceitar o eurocentrismo e que a *Comissão* poderá apoiar projetos “que procurem ampliar o conhecimento daquela realidade e que poderão levar à própria superação do conceito do descobrimento”<sup>25</sup>. Descobrimento não é um conceito. É uma expressão que recobre determinada realidade histórica contida

num recorte temporal. O conceito pressupõe sempre uma elaboração teórica e contém uma elevada dosagem de abstração. Portanto, se pensarmos na expressão descobrimento, como referida a um evento ou conjunto de eventos aproximados que inclui a chegada ao continente americano de um navegador português, Pedro Álvares Cabral, é preciso reconhecer que estamos aquém dos próprios e presumíveis descobridores, pois, o decreto instituinte da *Comissão* portuguesa utilizava a expressão *descobrimento* com pudor, substituindo-a por *descobertas*. O *Programa Estratégico* de 1996 era ainda mais explícito, ao afirmar que a expressão *descobrimento* comportava um evidente enviesamento eurocêntrico e que, portanto, se os portugueses foram *descobridores*, foram também *descobertos*. Isto significa que as populações autóctones habitantes das cercanias da Coroa Vermelha fizeram igualmente, a seu modo, seu próprio descobrimento.

Mais grave ainda é recordar que a expressão **descobrimento** liderava o inventário das palavras-chave consagradas pelas comemorações salazaristas, o que nos coloca numa posição nada confortável. E não é que faltassem lições no sentido contrário. Desde que Capistrano de Abreu publicou seus *Capítulos de História Colonial*<sup>26</sup>, em 1907, já se delineara uma inversão marcante na escrita de nossa história, pois começa sua obra a partir do **descobrimento** de um quadro humano e ambiental que precede a chegada de Cabral. Nem mesmo os livros didáticos de 5ª série atuais partem da chegada dos europeus. Começam com a pré-história brasileira, um descobrimento maravilhoso que resulta dos avanços significativos das pesquisas arqueológicas, que transformam São Raimundo

---

<sup>25</sup> *Diretrizes e Regulamento*, Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Brasília, 1997, p. 9-10.

Nonato num berço nordestino do nascimento do povo brasileiro. Por que não partir do nosso próprio auto-descobrimento?

O segundo item em destaque é caracterizar a nação “pela pluralidade étnica e pela diversidade cultural”. Escudados na herança portuguesa, agregada por outras contribuições, “a cultura brasileira demonstra, tanto em sua matriz erudita como na popular, essa pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares”. Reconhecendo a existência de tensões, de fortes desníveis econômicos e sociais, “onde se identificam dois, se não mais, Brasis”, não se exclui que esteja “destinado a ser o país do futuro e visto como gigante adormecido”<sup>27</sup>.

O que está implícito? O pressuposto sistematicamente reavivado de que a identidade Brasil se define pela exaltação da comunhão de diferentes etnias, o branco, o negro, o índio, cujo caldeamento tropicalizado constrói a diversidade sincrética e contrastada, e aponta para a construção do que a cultura erudita sempre entendeu como a nação do futuro, quando não, do requentado aforismo fabular do gigante adormecido. Presentes estão, nesta elaboração intelectual, os fundamentos ontológicos lastreados na mestiçagem solidária de Gilberto Freyre, na sexualidade extremada de Paulo Prado, na heroicidade sem caráter de Mário de Andrade, na malandragem tática de Roberto da Matta, na perene cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda e, até mesmo, nos Brasis dos contrastes de um brasilianista como Jacques Lambert. Resulta um aplainamento

---

<sup>26</sup> ABREU, Capistrano de, *Capítulos de História Colonial*, (1907 1ª. ed.), 3ª. ed. Revista e anotada por José Honório Rodrigues, Ed. Briguier, Rio de Janeiro, 1954.

<sup>27</sup> *Diretrizes e Regulamento*, p. 9-10.

das diferenças, uma exaltação da unidade do diverso, uma antropologização do discurso comemoracionista do V Centenário dos Descobrimentos, que recalca profundas diferenças de classes, de flagrantes exclusões sociais, de inaceitáveis privilegiamentos via mecanismos de Estado perdulário, buscando o inexistente consenso, a transformação de distanciamentos sociais incontornáveis em meros contrastes, questão de tonalidade, facilmente superáveis pela convivência cordial. Mas uma vez vale lembrar a proximidade com o ideário comemoracionista do regime salazarista nos anos 60. Gilberto Freyre viu em D. Henrique o pioneiro da construção do luso-tropicalismo, pois o “colonialismo do Infante ter-se-á baseado na criação de sociedades ‘cristocêntricas’, experiência inter-étnica e de miscigenação cultural”<sup>28</sup>. Em decorrência, o espírito de igualdade e fraternidade presidia as comemorações henriquinas, “exemplo vivo da diversidade das raças que compõem, em vários continentes, a Nação Portuguesa”<sup>29</sup>.

O terceiro ponto do programa recusa a comemoração meramente passadista, presa ao evento Descobrimento. Propõe a reflexão sobre a trajetória da nação no decurso dos 500 anos, “as realizações do povo brasileiro” e as “prospectivas do Brasil no terceiro milênio”, em suma definir “os rumos da Nação”. De forma peremptória, busca-se “estabelecer as aspirações do povo brasileiro para a evolução nacional nos diversos setores da vida nacional” e, enfaticamente, “determinar que problemas nacionais deverão ser superados”. Exorta a projeção de uma “imagem correta da realidade brasileira no exterior”, ou seja, na sua ótica positiva, se bem que, os aspectos negativos não devam ser omitidos, mas deverão fazer-se acompanhar das “metas do Governo brasileiro para o ano

---

<sup>28</sup> CATROGA, Fernando, *opus cit.*, p. 608.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 617.

2000”<sup>30</sup>. A vocação autoritária do texto é indescartável. É possível determinar que problemas nacionais deverão ser superados? Não se dá ordem unida aos problemas. Muito menos deve-se confundir comemoração com propaganda das metas governamentais, por mais próprias e viáveis que sejam, como, aliás, bem entenderam os portugueses em seu *Programa Estratégico*. No seu conjunto, estas diretrizes não se constituem em novidade para quem conhece a história das comemorações, sobretudo, as *henriquinas*, cuja memória não está voltada “exclusivamente para o passado, como mera manifestação do saudosismo histórico, mas serão a demonstração do valor e das possibilidades das gerações de hoje e como que um ato de fé nos destinos da Pátria”<sup>31</sup>.

O texto exala uma postura evolucionista, não só pela repetida presença da palavra evolução, mas pelo que considera “caráter equilibrado, objeto e não-partidário” de enfrentamento dos “fatos da História do Brasil”. Numa só página, a 14, refere-se a “fatos relevantes”, “renovada visão dos fatos históricos fundamentais”, apontando como metas: “a) uma interpretação contemporânea dos principais fatos; b) a correção de versões distorcidas ou inexatas desses fatos; e, c) a divulgação de eventos históricos desconhecidos...”<sup>32</sup>. Os fatos são petrificados, ou são falsos ou são verdadeiros. Não se assimila a idéia de que os “fatos” são construções e passíveis de diferentes apreensões, consoantes o próprio movimento da história. O máximo de atualização historiográfica a que chega o texto é invocar Jaime Cortesão e atribuir-lhe a formulação de que “toda história escrita tende a tornar-se uma interpretação atual do passado”, na verdade uma formulação clássica de Benedetto Croce, da qual se extrai a máxima “cada

---

<sup>30</sup> *Diretrizes e Regulamento*, p. 9, 13, 15, 17.

<sup>31</sup> CATROGA, Fernando, *opus cit.*, p. 606.



geração escreve, à sua maneira, a História. Assim é, e assim deve ser”<sup>33</sup>. Mas que história é esta? Uma história regida por mandamentos! Contraditoriamente, desde que perfilado numa linhagem de gosto positivista, sente-se a falta de uma ênfase maior na questão documental. Ao invés de aparecerem no âmbito das reflexões, surgem em meio a *et caterva* que integra as celebrações, as festas cívicas propriamente ditas, ao lado de “construções de réplicas de naus da esquadra de Pedro Álvares Cabral, a realização de regata que observe a rota do navegador português, torneios esportivos comemorativos, documentários históricos, etc.”<sup>34</sup>. Documentários, não constituição de acervos documentais que dêem às futuras gerações a oportunidade de reavaliar crítica e cientificamente nosso passado. As comemorações *henriquinas* deram origem à publicação, em cinco volumes, da *Portugaliae Monumenta Cartographica*, da *Monumenta Henriciana*, da *Biblioteca Henriquina* e da *Iconografia Henriquina*, que, apesar do significado panegericista, representavam significativos aportes documentais que ensejaram mesmo uma certa abertura intelectual do regime salazarista, por integrarem a participação de intelectuais adversos ao regime, como Jaime Cortesão ou Damião Peres.

Por isso mesmo, iniciativas como o *Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*, coordenado por Esther Bertoletti, do Ministério da Cultura, tem um significado especial. Não é um projeto da *Comissão*. Foi arrolado entre as centenas de projetos que receberam a sua chancela. É um projeto pensado há muitos anos, executado dispersamente por vários atores individuais,

---

<sup>32</sup> *Diretrizes e Regulamento*, p. 14.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 19. A baixa densidade intelectual das *Diretrizes e Regulamento* é constrangedora, especialmente quando posta *vis a vis* com o *Programa Estratégico*.

<sup>34</sup> *Diretrizes e Regulamento*, p. 24.

mas somente organizado de modo sistemático a partir de 1994. Organizar, microfilmar e publicar em CD-ROM 250 mil peças documentais brasileiras existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, que correspondem a cerca de 80% dos documentos relativos ao período colonial da história do Brasil existentes no exterior, este é o ambicioso projeto, a melhor forma de comemorar o V Centenário, pois há casos de regiões brasileiras em que 90% da documentação era desconhecida<sup>35</sup>. Esta maneira de comemorar radica na atitude científica, crítica, portanto investigação rigorosa e lúcida, numa criação cultural que não seja de circunstâncias”, que seja uma verdadeira elevação cultural<sup>36</sup>.

Assim como nas comemorações *henriquinas* dos anos 60 e nas comemorações dos descobrimentos portugueses atuais, o programa da *Comissão Nacional* enseja um conjunto coerente de expressões-chave que refletem, necessariamente, uma determinada linhagem historiográfica, uma moldagem ideológica, uma visão de Brasil e de sua trajetória histórica, a saber: *descobrimento, herança lusitana, pluralidade étnica, caldeamento étnico, agregação social, diversidade cultural, civilização tropical, convivência pacífica*. Em suma, nascemos pelo *descobrimento*, crescemos pelo caldeamento de etnias e culturas amparadas no substrato lusitano, vingamos como experiência inédita de civilização tropical mais pela agregação do que pela segregação ou conflito, numa convivência relativamente pacífica. Raízes fincadas, como se vê, na *cordialidade* de Holanda e nas sociedades *crístocêntricas* de Freyre. Estamos mais próximos da primeira fórmula comemoracionista do que da segunda. Não se repudia o *descobrimento*, não se fala em descobertas recíprocas do outro, nem muito menos de reverberações culturais. Mas subsume, nas entrelinhas, o

---

<sup>35</sup> “O começo de uma Nova História do Brasil”, In: *Notícias Fapesp*, agosto, nº. 34, 1998, p. 6-8.

símbolo globalizante da comemoração portuguesa, os Oceanos. O chamado *Memorial do Encontro*, será construído na Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabralia, de acordo com projeto do arquiteto Wilson Reis Neto. O monumento ficará sobre o istmo, como um falso pórtico, a 180 metros da praia. Compõem-se de três lâminas finas de concreto, interligadas na base e revestidas de mármore branco, servindo de suporte a uma cruz de pau-brasil. Seu formato sugere as asas de uma gaivota, que lembra os oceanos, ou a nau do descobrimento, especialmente quando a maré estiver alta, pois o monumento tocará de leve a água e parecerá flutuar. A caravela, sabemos, é o símbolo maior da epopéia portuguesa, marca histórica em todas as celebrações, mesmo nas atuais.

O projeto comemoracionista do V Centenário estende uma ponte entre 1500 e 2000, no qual aplaina a trajetória, escoima os conflitos, expurga as diferenças, no fundo, lança a história ao ostracismo e remete a longa duração das visões antropologizadas à linha de frente das comemorações. Caberá à elite intelectualizada a realização de seminários científicos e depois a transmissão do resultado dessas reflexões “aos demais segmentos sociais”<sup>37</sup>. Esta é a pedagogia comemoracionista que “instruirá” o povo brasileiro, numa visão deturpada do que seja cultura popular. A pretensa comemoração se transforma em reconhecimento da exclusão. De fato, o que há para comemorar do ponto de vista dos não incluídos?

Para os aproximadamente 340 mil índios remanescentes dos 5 milhões existentes no momento da chegada dos portugueses, o projeto comemoracionista é absolutamente neocolonialista. Suas lideranças repudiam a concepção edulcorada do “encontro de culturas”. Rejeitam a palavra *descobrimento*,

---

<sup>36</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, *opus cit.*, p. 35.

preferindo utilizar *invasão*. Mesmo que os índios pataxós, atuais habitantes do local onde haverá a maior intervenção comemoracionista, - terras pertencentes aos tupiniquins no tempo do descobrimento -, aceitem os presentes oferecidos pela Comissão Nacional, na forma de uma taba para exposições, praça para comercializar artesanato e vila indígena, ONGS indígenas, especialmente o Instituto Nova Tribo, com sede em Itapeçerica da Serra, liderado pelo índio de origem txucarramãe Kaka Wera Jacupé, declaram uma guerra simbólica às celebrações que terão lugar na praia da Coroa Vermelha. Deverão participar representantes de várias tribos indígenas num exercício de exorcismo simbólico, no qual, através da dança ritual, buscar-se-á afastar os espíritos maus que chegaram com os portugueses em 1500.

São, na verdade, tímidas manifestações de resistência ao simbolismo das comemorações. Nada que se compare às fortes manifestações ocorridas na América Latina contra as comemorações em torno de Cristóvão Colombo, que passou a ser responsabilizado pelos 60 milhões de índios mortos somente nos primeiros 50 anos da descoberta. O dia 12 de outubro, Dia de Colombo ou Dia do Hispanismo, transformou-se em data símbolo da resistência, onde não faltam julgamentos póstumos pois considera-se que os delitos cometidos não prescrevem e o julgamento realiza-se em esfinge. Em Honduras, em 1998, o navegante genovês foi sentenciado à morte, depois que um júri de dez membros consideraram-no culpado por dez crimes: seqüestro, roubo de patrimônio cultural, estupro, escravidão, tortura, assassinato em massa, destruição de culturas, invasão de povoados, tráfico de alimentos e genocídio contra as etnias do país. Certamente, Pedro Álvares Cabral está a salvo de manifestações semelhantes no

---

<sup>37</sup> *Diretrizes e Regulamento*, p. 15.

Brasil, diferentemente com o que se passa na Índia, como já vimos, onde a identificação entre as comemorações e um neocolonialismo é imediata, particularmente pela ação dos revigorados partidos nacionalistas vencedores das últimas eleições. Mesmo assim, o olhar das comemorações portuguesas volta-se preferencialmente para o levante, atraído por seu mistério e por seu desprezo. Isto tudo, num momento em que as caravelas dos investimentos portugueses de novo rondam as costas brasileiras, em busca de portos seguros para suas aplicações de capital propiciadas pela globalização. Voltar-se para o Atlântico, não como forma de exclusão da Europa, mas como ponte segura de sua própria inserção na União Européia, cumprindo tardiamente o desejo de Joaquim Barradas de Carvalho inscrito em seu premonitório *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*<sup>38</sup>.

O que significa comemorar? O que significam as comemorações no tempo presente? As comemorações são manifestações vivas da história. Mas são também dimensões explícitas do lembrar e do esquecer, portanto, da memória. Há momentos da história de forte exaltação do sentimento comemoracionista. Como os anos 30 e 40, especialmente no contexto dos totalitarismos, de forte apelo emocional e passadicho. A busca desenfreada nas longínquas raízes do passado da justificativa para as tresloucadas ações do presente. Da mesma forma, os regimes de exceção trabalhavam intensamente no obscurecimento da história inconveniente, da história que não se ajustava aos padrões éticos, estéticos e ideológicos almejados. O desmoronamento destes regimes nos anos 40, no pós-segunda guerra mundial, promoveram, por outro lado, a explosão incontida da memória, o esforço dos silenciados por lembrar, para não esquecer,

---

<sup>38</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?* Livros Horizonte,

exatamente para evitar que o pesadelo de novo assomasse as sociedades despercebidas e desprotegidas. “Nos exercícios de rememoração, a história recordada esgarça a cronologia, desborda o espaço, preenche as lacunas entre os acontecimentos, presentifica as ausências. Por isso, apesar de a memória ensejar uma história narrada, a reconstrução memorialística ‘não precisa de matéria’, no sentido preciso de que ela fia a própria substância”<sup>39</sup>.

A urdidura do tecido histórico se faz a partir dos impulsos do presente. É o presente, em sua fugacidade incontrolável, que num átimo de tempo torna o presente em passado, ao mesmo tempo que ilumina-obscorece, silencia-exalta, congela-reaquece, mas também oblitera o lugar de onde se fala, transformando permanentemente o passado “sob os influxos do presente, uma vez que as trajetórias pessoais e coletivas são incessantemente repostas”<sup>40</sup>. Cria-se um tecido imaginário por força do “sujeito que lembra e significa o que foi previamente significado, num processo de ressignificação permanente que constitui o próprio tecido do imaginário”<sup>41</sup>. O presente destrói o passado, dele se alimenta, mas prescinde de sua experiência social concreta. Por isso, as comemorações são mais eficazes quanto mais legítimas se configurarem, por força de suas durações. O que se recupera do passado é o mínimo assimilável pelo presente com força de tradição e singularidade. O que não se enquadra é resíduo exótico.

Nas comemorações, portanto, o evento passado é plenamente reorganizado e assimilado pelo presente, exprimindo, nesta ação, a busca de unificação do presente pelo evento pretérito, reduzindo o passado às suas

---

Lisboa, 1974, p. 78-82.

<sup>39</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, “Prismas da Memória: Emigração e Desenraizamento”, In: *Revista do CEPFAM*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

expressões mínimas, apreensíveis e validadas pelo presente<sup>42</sup>. Reversamente, as reconstruções memorialísticas do passado revelam o tecido esgarçado da sociedade que comemora, porque comporta discursos e contradiscursos, construções e desconstruções, que apontam para a dimensão dinâmica do presente histórico e a validade das comemorações como espaços criativos de reflexão histórica que enlaçam, vigorosamente, a tríplice temporalidade numa unidade de sentido. É exatamente a pleora de possibilidades que permite a imensa variedade de apropriações identitárias do passado. O que é nocivo para o presente torna-se, simplesmente, “cultura da diferença”, e não “alteridade”.

A comemoração dos V Centenário opera nos limites extremos da cultura da acomodação, da perda de sentido da história, da memória e do acontecimento. A comemoração não visa lembrar. Pelo contrário, no sentido de reificar a permanência, comemora-se, em última instância, o próprio presente. O passado não se constitui como alteridade em relação ao presente. O reforço do tempo presente significa o esmaecimento da memória, da própria história e, assim repõe-se, continuamente, uma nova história. O presente torna-se singular em relação ao passado e sua identidade é desenhada por oposição ao “outro” encontrado nas profundezas do passado. Não é a alteridade de um povo em relação a outro; mas de uma experiência histórica vivida em diferentes temporalidades que busca, descobre, encontra, identifica, nega, assimila, elabora e renega, permanentemente o outro.

O descobrimento, como mito fundador da nação, encerra uma profunda contradição. Se ele é mito fundador na memória dos descobridores, os portugueses, pois é o ato inicial que conduziria as terras descobertas à condição

---

<sup>42</sup> CARDOSO, Irene, “A Comemoração Impossível”, In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, Vol.

de futuras nações independentes, ele também o é para os ‘descobertos’ e para os que ainda permanecem ‘encobertos’. Este é o nosso drama. Queremos comemorar, mas não como os ‘outros’, os portugueses, os europeus. Mas os liames dessa memória coletiva são indissolúveis. Não podemos negá-los, sem nos negarmos. Isto explica nossa fuga ao celebracionismo, procuramos escapular às ritualizações e refugiamo-nos na dimensão especulativa, crítica, reflexiva, propriamente científica, que recorre ao *source mining*, à constituição de acervos que garantam a continuidade da investigação e da procura última de nosso autoconhecimento, única forma possível de combate à amnésia coletiva reiterada pela ritualização celebrativa, que nos permitirá cruzar as fronteiras do incontornavelmente ‘outro’. O ‘outro’ que não somos nós; o ‘outro’ que são eles. É preciso estar alerta contra a comemoração dos descobrimentos como metáfora do passado, que significa o esgarçamento da tradição, a recuperação da humanidade de forma naturalizada, coartada de sua experiência histórica real, experiências estas que poderiam apontar para dramas, tragédias e farsas que não sejam simplesmente homogeneizadas na linha do tempo, mas se constituam em condições de nossa consciência histórica.

Por mais que insistamos que a oportunidade da comemoração dos 500 anos seja também a oportunidade para pensar todos os descobrimentos havido em nossa trajetória histórica, inclusive os ‘encobrimentos’, o que comemoramos de fato é o próprio presente. Para tanto, depuramos o evento ‘descobrimento’ de tudo que possa representar uma afronta ao presente: genocídio indígena, devastação ambiental, destruição de culturas; e, incorporamos os aspectos palatáveis, reforço insofismável do presente, tais como, mistura interétnica,



encontro de culturas, nascimento de nações, gestação do mundo globalizado. Faz-se tábula rasa do passado. Reforça-se a intervenção da *media*, do mercado de bens simbólicos com todos os suprimentos necessários à amoldagem do passado ao tempo presente, que age nos interstícios do vazio da memória e da história. Tudo se reduz ao simbolismo do tempo. Somos subjugados por um relógio que, inexoravelmente, marca a contagem regressiva rumo ao grande festejo e, a propósito, produtos comuns e desgastados da indústria cultural são requentados e, sob novas roupagens, das vestes celebrativas do V Centenário, consumidos havidamente pela população nacional. É o *show* dos 500 anos: sob a farsa da elevação do povo brasileiro, comemora-se metafórica e tragicamente a sua degradação.